



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ
PORTARIA Nº 641, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Altera, parcialmente, a [Portaria Gab/Chefia nº 639](#), de 28 de dezembro de 2020.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, parcialmente, o artigo 2º da [Portaria Gab/Chefia nº 639, de 28 de dezembro de 2020](#), publicada no DMPF-e - ADMINISTRATIVO de 30/12/2020, Página 18, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

Art. 2º

(...)

III – Ofícios dos Procuradores representantes do MPF no Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas – PROVITA (Lei 9807/99 e Lei Estadual 13.193, de 10 de janeiro de 2002 – art. 5º, XIII), no Conselho Estadual de Defesa do Direitos Humanos (Lei 15.350, de 02 de maio de 2013 – art. 3, VII), no Comitê de Combate à Tortura da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará (Decreto 30.573, de 07 de junho de 2011 – art. 3º, IV) e no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Lei 11.411, de 28.12.87, art. 3º, parágrafo único, alínea m) na Procuradoria da República no Ceará.

Leia-se:

Art. 2º

(...)

III – Ofícios dos Procuradores representantes do MPF no Conselho Penitenciário do Estado do Ceará (criado em 27 de janeiro de 1927, em atendimento ao Decreto Federal nº 16.665, de 06 de novembro de 1924), no Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas – PROVITA (Lei

9807/99 e Lei Estadual 13.193, de 10 de janeiro de 2002 – art. 5º, XIII), no Conselho Estadual de Defesa do Direitos Humanos (Lei 15.350, de 02 de maio de 2013 – art. 3, VII), no Comitê de Combate à Tortura da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará (Decreto 30.573, de 07 de junho de 2011 – art. 3º, IV) e no Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Lei 11.411, de 28.12.87, art. 3º, parágrafo único, alínea m) na Procuradoria da República no Ceará.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO MOREIRA CONRADO
Procurador-Chefe da PR/CE

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 4 jan. 2021. Caderno administrativo, p. 12.](#)

M P F
Ministério Público Federal